

## **O TIGRE E A DEMOCRACIA: O CONTRATO SOCIAL HISTÓRICO**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Primeira versão, 5.11.2005; segunda, 27.2.2008.

No século dezessete, Hobbes fundou uma nova teoria do Estado que foi revolucionária para o seu tempo. Partindo da hipótese de um estado de natureza, no qual imperaria a guerra de todos contra todos, mas cada indivíduo seria livre, ele afirmou que, diante desse quadro, os homens prefeririam renunciar à sua liberdade e estabelecer um contrato com o soberano para que este estabelecesse a ordem. Com isso, para legitimar o Estado Absoluto, ele rejeitava a origem divina do poder político e o tornava uma delegação da sociedade. Logo após Locke usou a mesma teoria, com as necessárias modificações, para justificar o Estado Liberal, e Rousseau, o Estado Democrático ainda que baseado na democracia direta.

A teoria do contrato social era a-histórica, era histórico-dedutiva: servia para explicar qualquer tipo de Estado. Baseava-se em um estado de natureza que nunca existiu. Naquele momento, porém, na Inglaterra de Hobbes e de Locke, um novo sistema econômico estava se tornando dominante. Era o capitalismo, então na sua fase mercantil. Não por acaso, seria nesse país que o capitalismo atingiria pela primeira vez sua completude um pouco depois, com a Revolução Industrial. Nos dois séculos seguintes esse sistema não pararia de crescer e se afirmar, até que, no final do século passado, na era da globalização, ele se tornou dominante em todo o globo terrestre.

Na medida em que a Revolução Capitalista acontecia em cada país e o capitalismo se consolidava, os homens gradualmente se deram conta de quatro fatos sobre esse sistema: (a) era o primeiro sistema econômico compatível com a liberdade e a democracia porque,

diferentemente do que acontecia nas sociedades pré-capitalistas, a nova classe dominante, burguesa, não dependia do controle direto do estado para se apropriar do excedente econômico; (b) era intrinsecamente injusto porque aprofundava a desigualdade; (c) era corrupto porque nele o interesse próprio é enaltecido, e tudo justifica a busca bem sucedida do lucro; (d) mas, não obstante os dois últimos problemas, era e provavelmente continuaria a ser o sistema econômico dominante porque não se encontrou ainda alternativa mais eficiente.

Estas constatações preocupantes provocaram reações contraditórias. Aqueles comprometidos com a justiça social pretenderam mudar o sistema para o socialismo. Foram bem sucedidos em tornar o socialismo uma ideologia fundamental do nosso tempo, mas fracassaram ao pretenderem transformar o socialismo em uma alternativa de organização econômica do capitalismo. As revoluções que se pretendiam socialistas estabeleceram, na verdade, sistemas estatistas que limitaram as liberdades e, afinal, se revelaram incapazes de competir com o capitalismo no plano econômico.

Outros, entretanto, mais realistas perceberam que com o capitalismo se abria a oportunidade de as sociedades estabelecerem um verdadeiro contrato social – um contrato social histórico. Não um contrato para estabelecer o Estado Absoluto, como pretendia Hobbes, mas um contrato para, primeiro, no século XIX, estabelecer o Estado Liberal, e, mais tarde, o Estado Democrático. O objetivo desse novo contrato não era escapar ao hipotético estado de natureza, mas colocar freios ao verdadeiro estado de natureza que surgira – o capitalismo. Era reconhecer que a sociedade capitalista podia ser comparada com uma fera, com um tigre flexível e dinâmico, para o qual, entretanto, era preciso estabelecer limites. Era preciso domar o tigre, aparar suas garras, mas não tirá-las, não perder a sua vitalidade natural.

Os principais protagonistas desse novo contrato liberal eram, de um lado, os membros da classe dominante que surgira com o capitalismo – a burguesia – uma classe substancialmente mais numerosa do que a antiga aristocracia, e de outro, os trabalhadores e as novas classes médias profissionais que estavam surgindo. Para a burguesia, aparar as garras do tigre significava atribuir ao estado o papel de assegurar a ordem pública, a liberdade individual, a propriedade e os contratos; significava garantir o estado de direito, transformar o Estado Absoluto em Estado Liberal. Para os trabalhadores e a nova classe média profissional,

significava garantir cidadania para todos – o sufrágio universal, portanto – e reduzir as desigualdades; significa transformar o Estado Liberal no Estado Democrático.

O primeiro contrato social histórico foi o contrato social liberal que se materializa na Inglaterra ainda no século XVIII. No século XX esse contrato se ampliou a partir das demandas dos trabalhadores e das classes médias, e o Estado, principalmente na Europa, passou a ser o contrato social democrático. A partir desse momento os objetivos do contrato social histórico não serão mais apenas a ordem, a garantia da propriedade e a liberdade: somam-se a eles a justiça social e, no final do século, a proteção do meio ambiente. Mas o problema continuava o mesmo: aparar, mas não eliminar as garras ou o vigor do capitalismo.

Entendido o contrato social desta forma histórica, a lógica do Estado Democrático ou da democracia torna-se mais clara. O estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade civil; mas é um instrumento que muda historicamente na medida em que a sociedade civil se democratiza. No absolutismo, o Estado era o instrumento de uma oligarquia mais ou menos aristocrática; no liberalismo, o Estado era o instrumento da burguesia; na democracia, continua a ser instrumento da classe capitalista, mas agora classes médias e os trabalhadores passam também a ser ouvidos. Na medida em que a sociedade civil vai se democratizando, o estado também se democratiza – ganha maior representatividade e maior legitimidade.

Nos dois momentos, tanto no do contrato liberal como no do contrato democrático, o objetivo político principal que a sociedade define para o Estado é o do desenvolvimento econômico. Esse objetivo é central porque é o principal fator legitimador do sistema econômico e político. Por isso, embora o pressuposto fosse de que o capitalismo precisava ser deixado relativamente livre para poder ser eficiente, coube sempre ao Estado definir instituições e políticas econômicas para sanar as deficiências do mercado, torná-lo menos instável, mais dinâmico, mais capaz de poupar e investir, e, portanto, mais capaz de enfrentar a implacável concorrência internacional. Por isso, todos os estados, mesmo no período liberal, intervieram no mercado e regularam o capitalismo de forma ativa criando instituições que não apenas garantissem a propriedade e os contratos, mas também que garantissem mais estabilidade ao sistema econômico e que implicassem estratégias nacionais de

desenvolvimento. Por isso, em um mundo marcado por formas sempre renovadas de imperialismo, os países atrasados foram continuamente obrigados a esforços redobrados de defesa de seus interesses e promoção de seu próprio desenvolvimento.

A partir desse conceito histórico de contrato social, a relação entre a democracia e o capitalismo torna-se clara. O capitalismo é o tigre, a democracia, o domador que busca estabelecer limites para a ação do tigre, e das muitas outras manifestações de violência, injustiça, desrespeito à natureza, e corrupção que o acompanham. A relação entre o domador e o tigre, entre o Estado Democrático e o capitalismo global, é eminentemente dialética. O tigre precisa do estado para regulá-lo, mas resiste à regulação; o domador expressa a vontade política da sociedade, mas sabe que sua vontade está limitada, porque é preciso conservar a força do capitalismo.

O contrato social democrático que regula a vida social na era global do capitalismo é um contrato que está sendo assinado e revisto todos os dias. Ele reflete a tensão permanente entre a democracia e o capitalismo – uma tensão que deriva do fato que um não existe sem o outro. A democracia é a verdade, o capitalismo, a força. O Estado democrático precisa promover o capitalismo, estimular a iniciativa e a capacidade empresarial, ao mesmo tempo em que é seu papel limitar a injustiça e a corrupção.

Essa tensão se expressa de forma poderosa no plano da ética. Os princípios éticos da política são mais exigentes do que os dos negócios, porque o papel da democracia é controlar os excessos da vida econômica, e porque se espera dos servidores públicos eleitos ou não-eleitos que se pautem pelo interesse público, enquanto que dos capitalistas só se requer que cumpram a lei. Enquanto se espera de um empresário que lute pelos seus próprios interesses e alcance grandes lucros, respeitadas as leis e a moral, do político se espera mais: que ele tenha como principal objetivo não o enriquecimento ou o poder pelo poder, mas o poder pelo interesse público. Um empresário pode afirmar em público que seu objetivo principal é enriquecer, pois isto não impedirá que ele continue a ser altamente respeitado, enquanto que o político que fizer afirmação semelhante estará automaticamente desmoralizado.

Nessa tensão, a primazia cabe à política, porque ela é a expressão da nossa liberdade e porque o Estado Democrático é o instrumento por excelência da ação coletiva dos cidadãos. É

por isso que ficamos decepcionados e perplexos quando os padrões morais da política caem abaixo dos do mercado. Quando isso acontece, haverá sempre conformistas que dirão que é sempre assim: que a corrupção ou a injustiça, ou ambas, fazem parte da natureza das coisas. Entretanto, se, ao invés disso, a decepção e a perplexidade se transformarem em indignação e em ação política republicana, a política renasce, e os homens e mulheres voltam a caminhar na direção de um mundo melhor para todos.